

**INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
SUSTENTÁVEL - IPADES**

MACROECONOMIA E AGRICULTURA

Francisco Barbosa

Sócio Presidente - IPADES

Agricultura como segmento da economia está inserida na política econômica

No Brasil são raros os estudos e as pesquisas que buscam avaliar como o setor agrícola responde às políticas e às variáveis macroeconômicas, e vice-versa. Busca-se nesse artigo, explicar essa relação. Entre as variáveis macroeconômicas destacam-se: o crescimento da renda, o desenvolvimento econômico, a política cambial, a inflação e a política fiscal. Por seu turno a agricultura possui características próprias que condicionam esse relacionamento, tais como: homogeneidade dos produtos, mercados agrícolas mais competitivos do que os mercados dos demais setores da economia, preços mais flexíveis e mais voláteis, preços do mercado interno influenciado pelo mercado internacional principalmente para as *commodities*, os preços da produção sofrem influência das oscilações sazonais, a produção é afetada por fatores climáticos e fitossanitários, a produção depende de um fator que é praticamente inelástico, o solo. Neste caso, no máximo pode-se mudar seu uso – transformando pasto em cultivos – ou aumentar sua produtividade. Essa relação é demonstrada a seguir a partir das variáveis macroeconômicas.

Crescimento da renda nacional. A expansão do PIB aumenta o poder de compra, aquecendo a demanda. Todavia, na agricultura esse impacto é menor porque seus produtos, geralmente, apresentam menor elasticidade-renda da demanda. Historicamente observa-se que o impacto do crescimento da renda nacional sobre a demanda por produtos agrícolas é menor quanto mais desenvolvido é o país. No Brasil, esse aspecto ficou bem evidente a partir da última década com a ascensão de uma nova classe média, que no primeiro momento aumentou a demanda por proteína animal, frutas e hortaliças, mas que

seguirá a tendência de, com a continuidade desse aumento da renda, diminuir sua participação no consumo dos produtos agrícolas.

Desenvolvimento econômico. A agricultura tem que buscar incessantemente maior eficiência. Como os produtores têm capacidade limitada para influenciar o preço final do produto, a alternativa é investir constantemente em tecnologias que reduzam os custos ou aumentam a produtividade, de modo a garantir e/ou aumentar a margem de lucro. No entanto, as inovações neste setor são rapidamente difundidas, logo uma fração significativa da produção será produzida com esta nova tecnologia derrubando o preço praticado e eliminando e/ou diminuindo o lucro excedente. Registre-se que a tendência de novas tecnologias é poupar mão-de-obra, direcionando para ganho de escala. Todavia, isso tem contribuído para reduzir os termos de troca entre os preços agrícolas e os preços dos demais setores econômicos.

Desse modo, mudanças tecnológicas, elevação da renda e mudança de preços relativos têm favorecido a consolidação de uma atividade agrícola hoje conhecida como agronegócio, inserido em cadeias produtivas. Isto significa sistemas de produção mais complexos, nos quais os produtores cada vez mais se parecem executivos assessorados por técnicos especializados, e utilizando cada vez mais insumos e equipamentos fornecidos pelos setores industriais, o que demanda maiores custeios e investimentos.

Política cambial. Em anos recentes, no Brasil, a agricultura tem sido o setor que mais tem contribuído para o saldo de transações correntes (o saldo das importações e exportações de bens e serviços). Nessas condições, flutuações de preços agrícolas podem causar significativas variações no balanço de pagamentos (conta que registra a entrada e saída de divisas), afetando também a taxa de câmbio. Por outro lado, como a taxa de câmbio é um preço macroeconômico fundamental para a agricultura, qualquer movimento que altere o seu equilíbrio exerce importante influência sobre o setor. É as situações de ataques especulativos, uma maxidesvalorização, uma forte entrada de recursos via conta capital ou um choque exportador positivo de outros setores (minerais ou petróleo, por exemplo).

Inflação. Na agricultura dependerá da natureza do processo inflacionário. Quando a inflação é de custos (por exemplo, insumos ou mão-de-obra), o lucro da atividade agrícola é comprimido, por não conseguir repassar integralmente aos seus preços desse choque de custos, já que a concorrência no setor é muito grande, além de sofrer pressão dos preços internacionais. Se a inflação for de demanda eleva os preços agrícolas. Desta feita não se reflete nos custos de produção, o que amplia a margem de lucro do produtor, no entanto o consumidor tem uma oferta de produtos substitutos que amenizam tais efeitos.

É importante separar os efeitos de curto e de longo prazo. No curto prazo, os agricultores são impactados mais fortemente tanto por choques positivos, quanto negativos. Todavia, no longo prazo, as atividades agrícolas retornam às suas tendências originais, a não ser que tenha havido alguma mudança estrutural. Isso acontece porque os mercados agrícolas são caracterizados por um ambiente mais competitivo, ou seja, aproximam-se da concorrência perfeita.

Política fiscal. Uma política fiscal expansionista, cujo objetivo, frequentemente, é estimular a economia, geralmente tem limitados impactos sobre a agricultura, devido à baixa elasticidade-renda da demanda por produtos agrícolas. Todavia, caso essa expansão fiscal provoque aumento da inflação, o setor agrícola pode obter alguns ganhos de curto prazo com o aumento dos preços dos alimentos, pois os preços agrícolas são mais flexíveis. É o que vem ocorrendo no Brasil a partir de 2008 com a política fiscal setorizada para diminuir o impacto da crise europeia-americana, que tem ocasionado uma inflação próxima do teto da meta. Nesse cenário o consumidor detecta imediatamente o reflexo da inflação nas gondolas dos supermercados e das feiras.

Por outro lado, a agricultura, geralmente, é favorecida por regimes tributários diferenciados, tais como, taxas de juros subsidiadas, auxílio para armazenagem, diminuição ou eliminação de impostos, etc., isto porque estes benefícios fiscais são uma transferência de recursos dos contribuintes para os produtores agrícolas. Ainda não há estudos que avaliem claramente se essa transferência é completamente compensada por alimentos mais baratos, uma vez que seu preço é definido no mercado internacional, ou por maior segurança alimentar (estabilidade na oferta). Todavia, muitos destes benefícios são refletidos no aumento do preço da terra, cuja propriedade representa acesso a eles.

No entanto, se a sustentação de políticas agrícolas demandarem um volume muito significativo de recursos do governo, como foi o caso brasileiro nos anos 1980, variações de orçamento podem afetar o desempenho do setor, e, inversamente, a flutuação de preços agrícolas pode ter impacto decisivo na política fiscal.

Verifica-se, pois que a relação entre a macroeconomia e a agricultura merece atenção e conhecimento tanto por parte do governo como pelos agricultores. Estes por sua vez cada vez mais não podem se fixar apenas aos aspectos da produção, com conhecimento empírico. Necessitam da gestão profissional do seu negócio, e o assessoramento técnico torna-se imperativa para seu êxito, visto que políticas elaboradas longe do seu contexto tornam-se próximas e determinantes do seu resultado na remuneração e lucro da sua atividade.